

Atenção Integral à Saúde das Mulheres: um desafio permanente

DAPES/SAS/MS

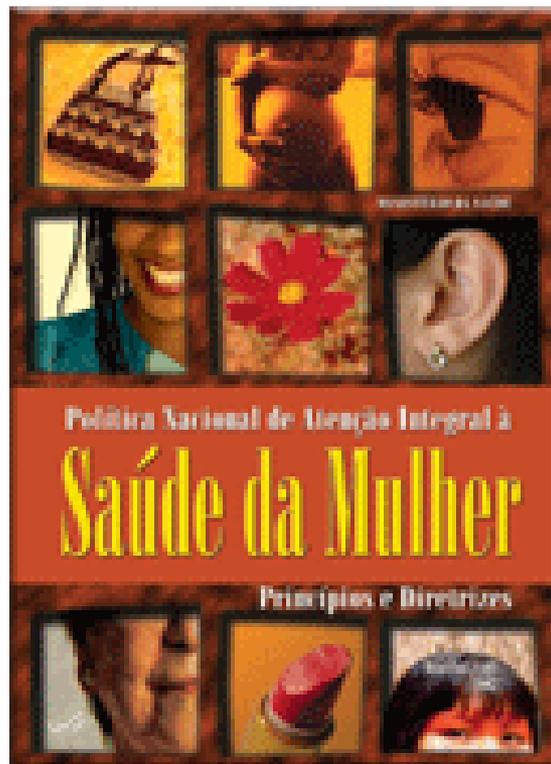


Ministério da
Saúde



Brasília, 18/03/2014

A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER



Os serviços de saúde devem dar assistência apropriada às mulheres em todas as suas necessidades de saúde, em todas as fases de sua vida, desde a infância até a velhice, de acordo com as características apresentadas em cada fase para que ela possa conhecer bem o próprio corpo e viver melhor a sua sexualidade e saúde mental.

INCLUSIVE NOS CASOS DE ATENÇÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER

Direitos sexuais e direitos reprodutivos são parte integrante dos DIREITOS HUMANOS

ACESSO UNIVERSAL AOS SERVIÇOS DE SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA – **ACORDOS**

- ✓ **Eliminar causas preveníveis de morbimortalidade materna;**
- ✓ **Garantir acesso efetivo a serviços de interrupção de gravidez em casos previstos por lei;**
- ✓ **Garantir acesso efetivo a ampla gama de métodos contraceptivos;**
- ✓ **Promover a prevenção e detecção oportuna e garantir acesso universal ao tratamento integral das DST e aids e eliminar o estigma e discriminação das pessoas que vivem com o vírus;**

ACESSO UNIVERSAL AOS SERVIÇOS DE SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA – **ACORDOS**

- ✓ **Desenvolver políticas e programas para erradicar a discriminação baseada na orientação sexual e identidade de gênero;**
- ✓ **Garantir acesso universal a serviços de saúde sexual e saúde reprodutiva de qualidade considerando necessidades dos homens, mulheres, adolescentes e jovens, LGBT, pessoas com deficiência e aquelas que vivem em condições de vulnerabilidade.**

Parto e nascimento

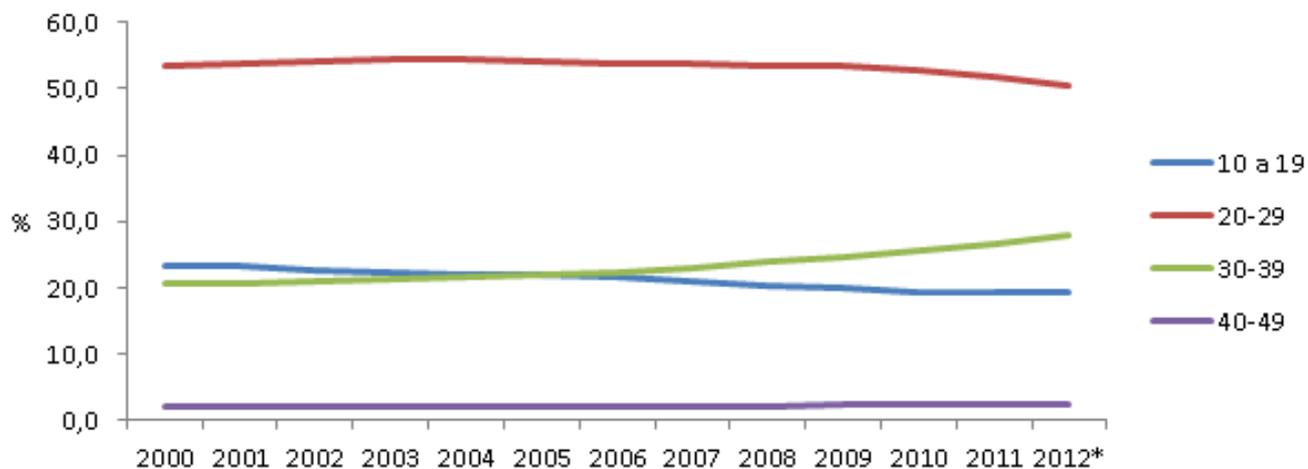
Partos

- 98% dos partos são realizados em maternidades

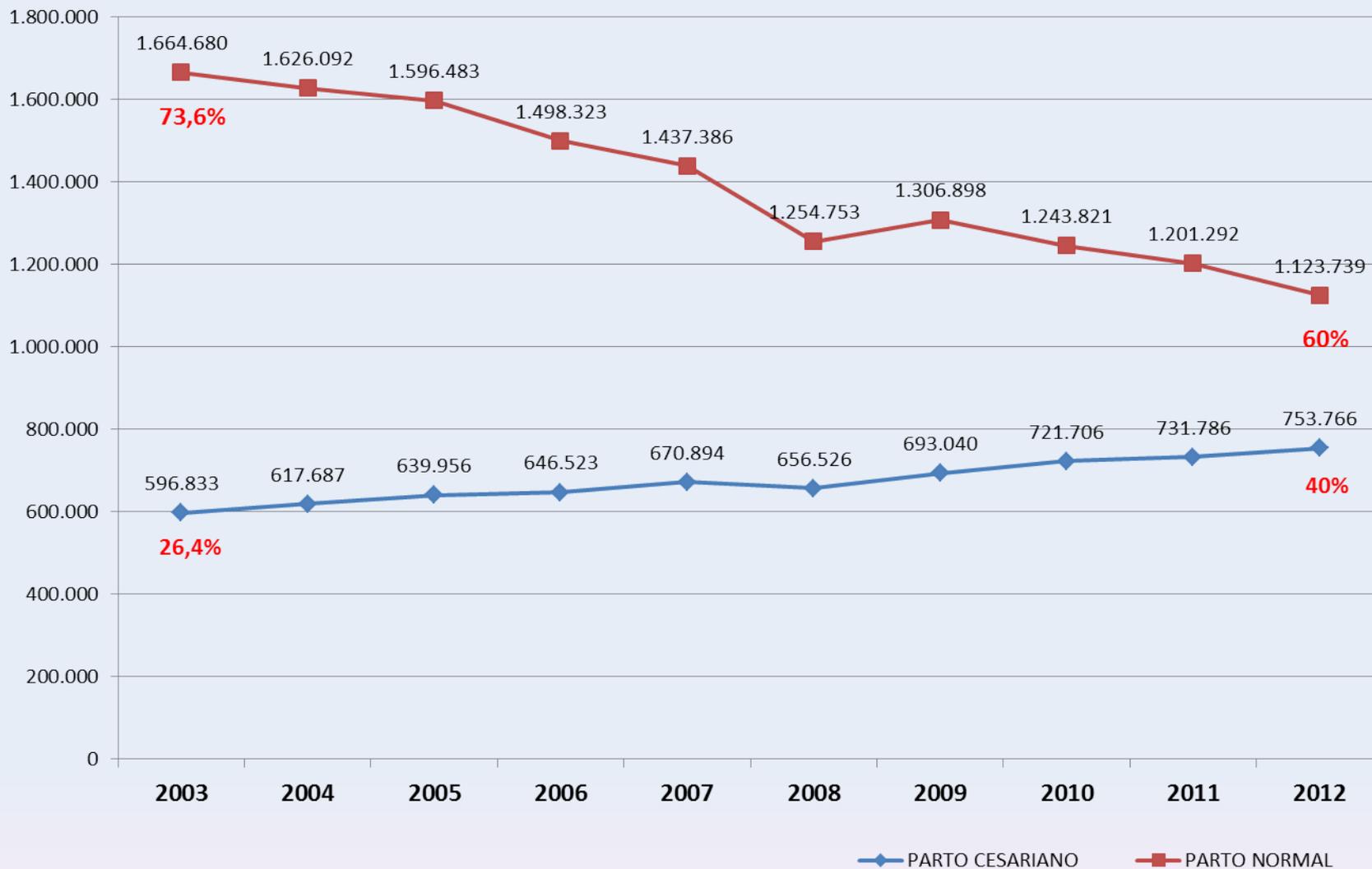
% de Nascidos vivos

- De 10 a 19 anos - 20%
- De 20 a 29 anos - 53%

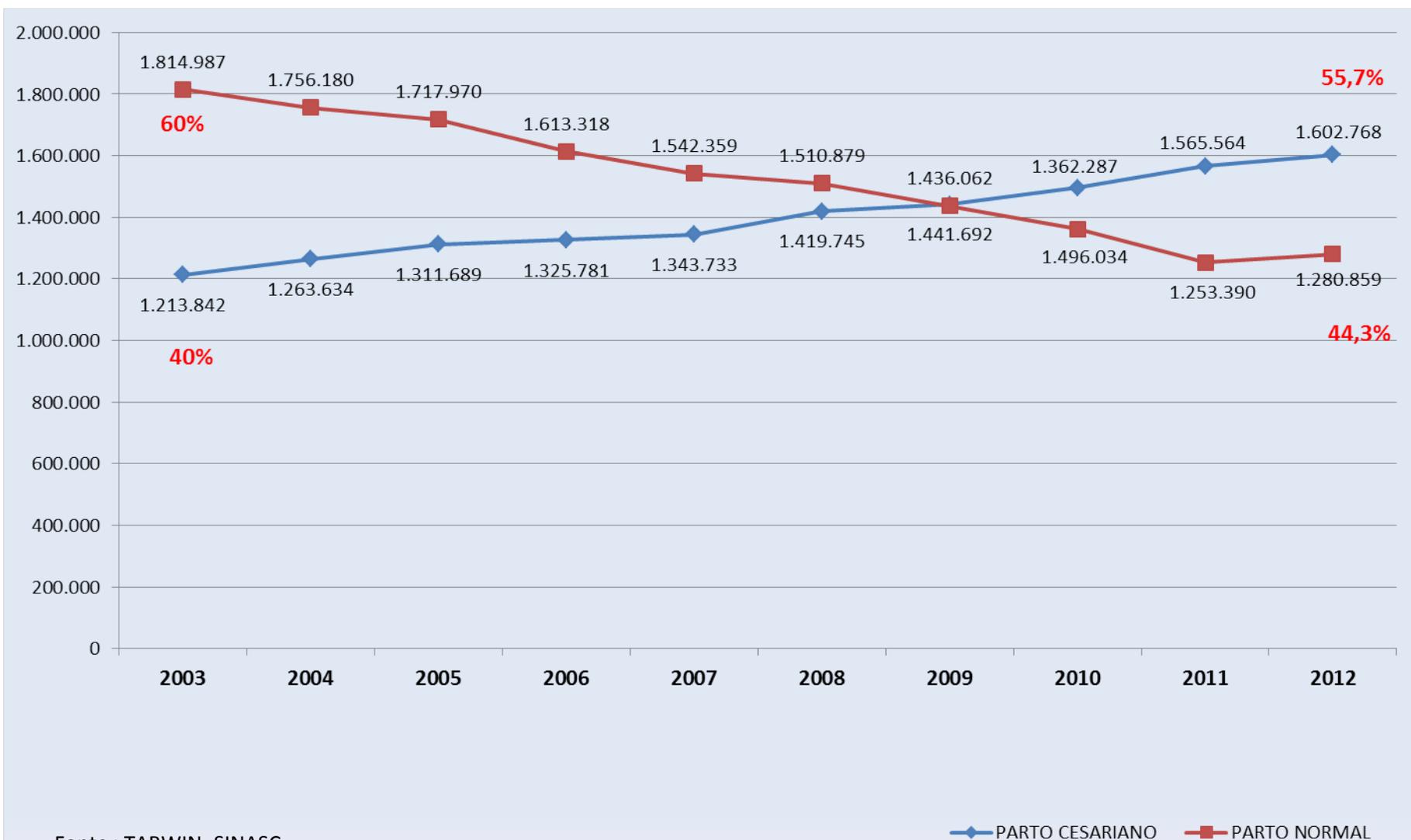
Percentual de nascidos vivos segundo faixa etária da mãe. Brasil, 2000-2012*



Parto Normal e Cesariana - SUS



Parto Normal e Cesariana - SINASC



Ampliação de acesso e melhoria da qualidade do acompanhamento pré-natal, assistência ao parto e puerpério:

Programa de Humanização do Parto e do Nascimento (2000)

Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal (2005)

Rede Cegonha (2011)

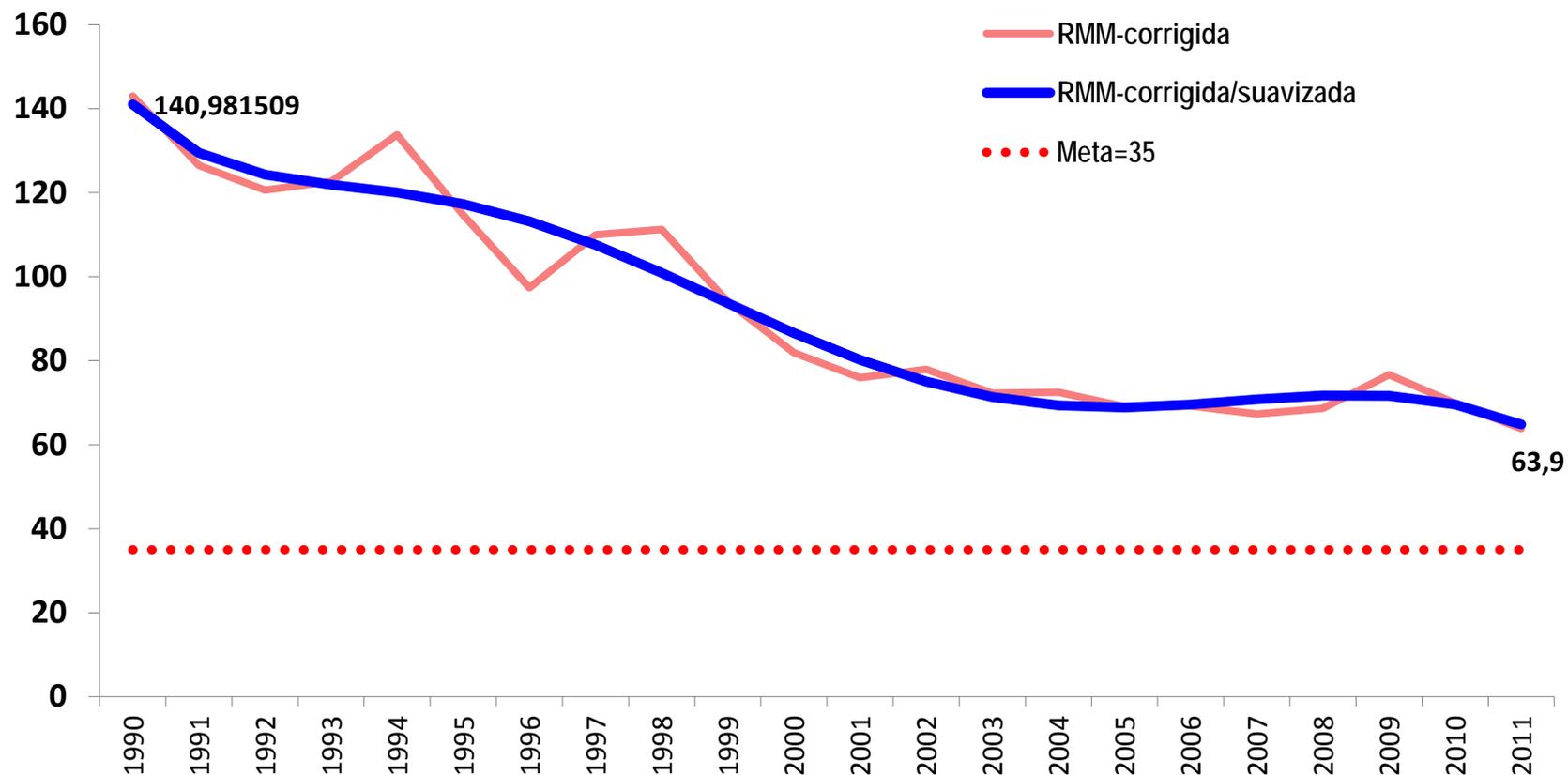
- Fortalecimento do trabalho em rede
- Mudança do Modelo de Atenção ao PN
- Expansão de CPN, CGBP
- Cuidando de adolescentes na RC
- Ouvidoria ativa do SUS



Entrevistadas 104.000 puérperas:
61% foram informadas, no pré-natal, sobre local do parto, 82% com parto realizado no primeiro serviço de saúde, 38% receberam visita de ACS até o primeiro mês pós-parto 34% tiveram direito ao acompanhante assegurado e 1% pagou algum valor para o parto

Redução da Mortalidade Materna

Razão de Mortalidade Materna*. Brasil, 1990-2011

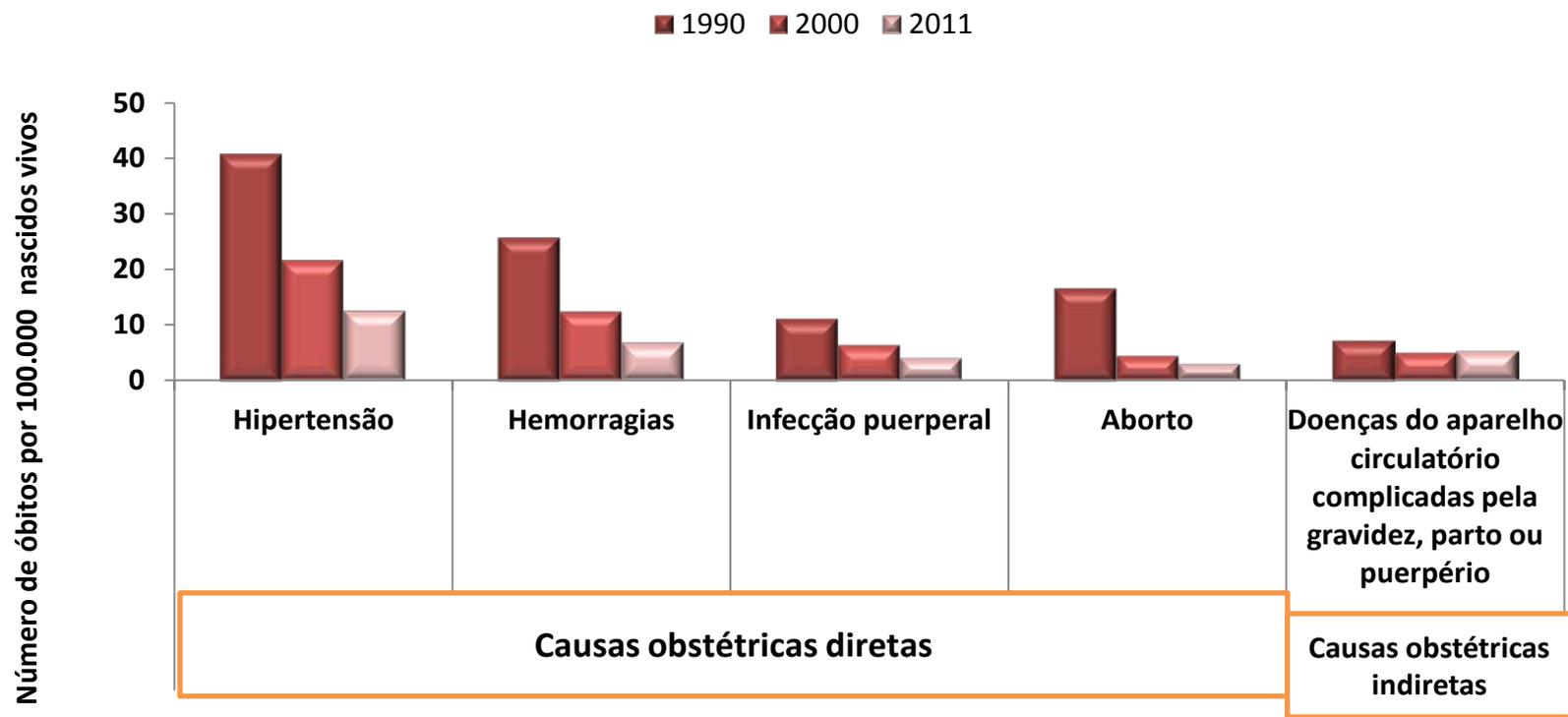


* Mortes x 100 mil nascidos vivos

Fonte: CGIAE/SVS/MS

	1990	1996	2001	2009	2010	2011
Fator de Correção	2,5	2	1,4	1,18	1,16	1,15
RMM corrigida	143	97	76	77	70	64
RMM corrigida-suavizada	141	113	80	72	68	64

Mortalidade Materna* segundo causas específicas de óbito. Brasil, 1990, 2000 e 2011



Fonte: CGIAE/SVS/MS

* Mortes x 100 mil nascidos vivos

Políticas para enfrentamento da violência contra mulheres e feminização da AIDS

Políticas intersetoriais e planos de enfrentamento



PACTO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLENCIA CONTRA A MULHER

**EIXO I - Garantia da Aplicabilidade da Lei
Maria da Penha**

**EIXO II - Ampliação e Fortalecimento da
Rede de Serviços para Mulheres em
Situação de Violência**

**EIXO III - Garantia da Segurança Cidadã e
Acesso à Justiça**

**EIXO IV- Garantia dos Direitos Sexuais e
Reprodutivos, Enfrentamento à Exploração
Sexual e ao Tráfico de Mulheres**

**EIXO V - Garantia da Autonomia das
Mulheres em Situação de Violência e
Ampliação de seus Direitos**

REDE NACIONAL ATENÇÃO INTEGRAL PARA MULHERES E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SEXUAL



EM 2012
ENCONTRAM-SE EM
ATIVIDADE:

557 Serviços de Saúde
para
atendimento da violência
Sexual

402 Serviços de Saúde
Para atendimento da
violência
Doméstica



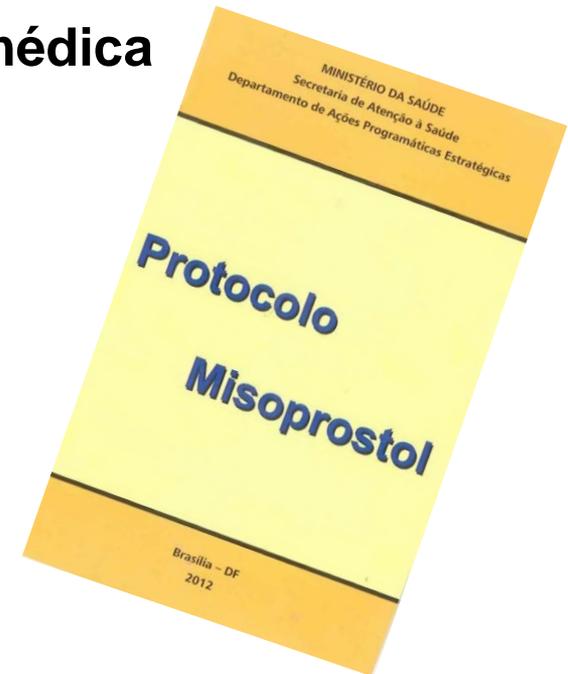
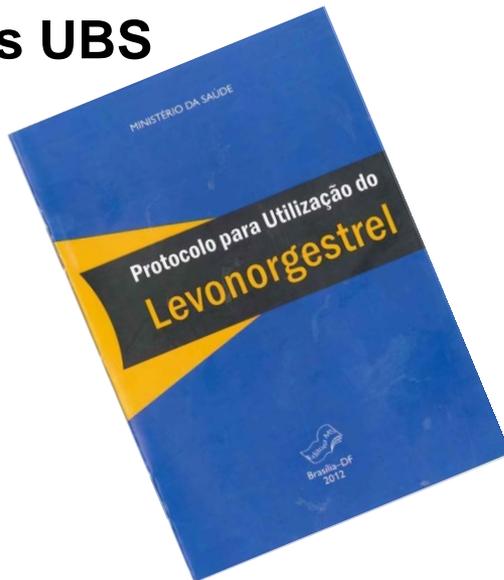
COORDENAÇÃO DA ATENÇÃO

• INTEGRAM A REDE AS SECRETARIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE SAÚDE:

- Acre
- Alagoas
- Amapá
- Amazonas
- Bahia
- Ceará
- Distrito Federal
- Espírito Santo
- Goiás
- Maranhão
- Mato Grosso
- Mato Grosso do Sul
- Minas Gerais
- Pará
- Paraíba
- Pernambuco
- Piauí
- Paraná
- Rio de Janeiro
- Rio Grande do Norte
- Rio Grande do Sul
- Rondônia
- Roraima
- Santa Catarina
- Sergipe
- São Paulo
- Tocantins

→ **FICHA DE NOTIFICAÇÃO**

- Misoprostol - distribuição aos hospitais públicos e filantrópicos (pelo menos 600 partos /ano).
- **Pílula de Emergência**
 - Distribuição para todos os municípios brasileiros
 - Elaboração do Protocolo de Uso
 - Desnecessária apresentação da receita médica nas UBS



Ampliação da oferta dos métodos contraceptivos e preservativos – 100% da população sexualmente ativa

TIPO	QUANTIDADE/milhões/ANO 2012
Pílula Combinada (Etinilestradiol + Levonorgestrel)	30.696.786
Pílula de Emergência (Levonorgestrel)	1.027.510
Minipílula(Noretisterona)	3.614.872
Injetável Mensal(Valerato de Estradiol+Enantato de Noretisterona)	7.411.008
Injetável Trimestral (Medroxiprogesterona)	3.639.279
DIU	772.761
Diafragma	63.266
Preservativo masculino	850.000.000
preservativo feminino	25.000.000
TOTAL	922.225.482

TIPO	QUANTIDADE/ano
vasectomia	38.504
Laqueadura	65.214

LEIS, DECRETOS E PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE QUE ORIENTAM A AÇÃO DE ATENÇÃO INTEGRAL PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA EM REDES

- **Lei n 10.778 de 24/11/2003** - Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados.
- **Portaria n 1.508 de 01/09/2005** – Dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.
- **Portaria n 4.279 de 30/09/2010** – Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS.
- **Decreto 7.508/2011** – Regulamenta a Lei 8.080/1990 – sobre a organização do SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e articulação interfederativa.
- **Portaria GM/MS nº 528, de 1º de Abril de 2013** -redefine o funcionamento do Serviço de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). CNES, serviço 165

ANO	TOTAL ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE QUE REALIZARAM O PROCEDIMENTO ABORTO LEGAL CÓDIGO O.04 CID-10 BRASIL	TOTAL DE PROCEDIMENTO REALIZADOS/ANO BRASIL
2009	300	1.850
2010	252	1.686
2011	228	1.504
2012	216	1.625

PARCERIAS INSTITUCIONAIS EM DESENVOLVIMENTO 2013 - 2014

CEMICAMP

PROJETO SUPERANDO BARREIRAS

88 hospitais em capitais e interior do país para Atenção às Mulheres e Adolescentes em Situação de Violência Sexual e interrupção da gestação prevista em lei

UNIFESP

PROJETO HU

30 hospitais universitários em capitais e interior do país para interrupção da gestação prevista em lei

AADS

PROJETO ATENÇÃO HUMANIZADA AO ABORTAMENTO

10 hospitais de referência em regiões prioritárias do país

INSTITUTO
PATRICIA
GALVÃO

OFICINAS MÍDIA E COMUNICAÇÃO

para profissionais que atuam em serviços de atenção à violência sexual e interrupção da gestação prevista em lei – 27 Estados

UFMG

PROJETO PARA ELAS, POR ELAS, POR ELES, POR NÓS

Construção da Rede de Atenção à Mulher em situação de violência em 10 municípios brasileiros prioritários do campo, da floresta e das águas e suas respectivas microrregiões

Estratégias para a população adolescente e jovem



**Promoção da
saúde e
prevenção**

80.390 escolas
4.861 municípios
(87%)

**Educação para a Saúde Sexual
e Saúde reprodutiva e
Prevenção das DST/aids**

**Prevenção ao uso
abusivo de álcool,
Tabaco e Outras Drogas**

**Mais de 12 milhões de cadernetas
distribuídas em 3.700 municípios**



**Fortalecimento, ampliação do acesso ao
planejamento reprodutivo e qualificação da
atenção**

Enfrentamento da epidemia de aids

- Em 10 anos redução de 34,8% em crianças menores de 5 anos e 71% na faixa etária de 10 a 14 anos
- Os principais esforços estão no diagnóstico precoce da infecção e no tratamento das PVHA
- Programa “Fique Sabendo”, que tem como missão principal estimular a mobilização da sociedade em favor do diagnóstico do HIV.
- Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE): ações nas escolas e unidades básicas de saúde. No Censo Escolar das 99.316 escolas de Ensino Básico, 94% trabalham algum tema relacionado à promoção da saúde e educação preventiva e 52 mil (52%) desenvolvem ações relacionadas à prevenção do HIV/aids.
- Programa Saúde na Escola (PSE) – instituído em 2007 pelo Decreto Presidencial nº 6.286. Ações conjuntas com o Ministério da Saúde e do Ministério da Educação – 18 milhões de escolares atendidos

Direitos Humanos e Saúde

Portaria 1.707/2008 define diretrizes nacionais para o processo transexualizador **no SUS**



PORTARIA Nº 233, DE 18 DE MAIO DE 2010, assegura aos servidores públicos, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, o uso do nome social adotado por travestis e transexuais.

Instituída **PORTARIA Nº 2.836, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011 / POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS** - ações para eliminar a discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais

Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013, Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS).

Desafios

- Avançar na superação das desigualdades em saúde garantindo acesso com equidade;
- Ampliar acesso da população a serviços de saúde sexual e saúde reprodutiva, incluindo ações de prevenção, diagnóstico e tratamento das DST/Aids → Fortalecer as ações de planejamento reprodutivo e saúde sexual nos serviços de atenção básica especialmente em informações e acesso aos métodos não hormonais – 98% das mulheres usam hormonais ;
- Manter queda da mortalidade materna com redução das desigualdades socioeconômicas e raciais ; Introduzir a vigilância do near miss materno e neonatal;
- Criar estratégias eficazes para a participação do homem nos eventos reprodutivos;
- Ampliar os Serviços de Saúde para atendimento de procedimentos relacionados à violência sexual e ao aborto legal ;

Desafios

- Criar estratégias para favorecer e ampliar o acesso universal aos serviços de saúde considerando necessidades dos homens, mulheres, adolescentes e jovens, LGBT, pessoas com deficiência e aquelas que vivem em condições de vulnerabilidade;
- Fortalecer as ações de educação em saúde para orientar e informar adolescentes sobre os cuidados com a sua saúde sexual e saúde reprodutiva favorecendo atitudes responsáveis e saudáveis;
- Fortalecer a produção de informação em saúde de forma desagregada dando visibilidade as desigualdades existentes, principalmente raça e etnia;
- Redução de intervenções desnecessárias e iatrogênicas no parto-mudança de modelo.